

## APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL POSSIBILIDADES X REALIDADE

**Daniela Pereira Nantes**

UFMS

danielanantes@gmail.com

**Rosely dos Santos Madruga**

UFMS

roselymadruga@gamil.com

**Alexandra Ayach Anache**

UFMS

alexandra.anache@gmail.com

### **Resumo**

A pesquisa tem como **objetivo** investigar como ocorre a prática pedagógica direcionada ao estudante com deficiência intelectual na classe comum da rede municipal de ensino de Sidrolândia/MS. **Metodologia:** Realizaremos pesquisa etnográfica, utilizando como instrumentos de coleta de dados a observação participante, a análise documental, a microanálise e questionários semiestruturados. A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky foi adotada como referencial teórico dando base nos estudos. **Conclusão:** Pretendemos contribuir com o processo de inclusão do estudante com deficiência intelectual nas classes comuns, no que tange as práticas pedagógicas a ele dirigidas.

**Palavras-chave:** Educação Especial – Deficiência Intelectual – Práticas Pedagógicas

### **Introdução**

A inclusão escolar do estudante com deficiência constitui um tema relevante, que vem ganhando espaço em debates e discussões sobre a necessidade de abordagem às diferenças escolares, de modo integral e efetivo. Tendo em vista a importância que questões inerentes ao processo de inclusão escolar assumem no debate educacional contemporâneo, esta pesquisa se propõe a investigar como a escolarização do aluno com deficiência intelectual vem acontecendo nas salas comuns do Ensino Fundamental I.

O processo de escolarização marca uma etapa fundamental para o desenvolvimento psíquico da criança. Ao apropriar-se do saber sistematizado, o aluno vivencia uma nova realidade que, segundo Vygotski (2009), leva transformação do pensamento. A existência de conhecimentos cotidianos é necessária para o surgimento do conhecimento científico. Mas não

se trata de uma ampliação do primeiro. O surgimento do conhecimento científico denota uma transformação na forma de relação da criança com o mundo.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva aponta quem são os estudantes atendidos pela Educação Especial:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (BRASIL, 2008)

O estudante com deficiência encontra-se amparado por legislações que garantem o seu acesso e permanência nas escolas regulares, sejam elas públicas ou privadas. Anache (2011) aponta que “com as políticas atuais, ocorreu maior acesso à educação de parcelas da população que, em outros momentos históricos, estiveram alijadas das escolas.” (2011, p.110 e 111).

A educação especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, promove o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços, e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem em turmas comuns do ensino regular. Os dados do Censo Escolar 2006, quanto à educação especial, registram a evolução de 337.326 matrículas em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107% dos alunos atendidos no país. Sendo que, no que se refere à inclusão em salas comuns do ensino regular, o crescimento foi de 640%, passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 alunos em 2006, (BRASIL, 2008).

A inclusão considera que a escola regular, isto é, a instituição comum, é o ambiente mais favorável ao aluno com deficiência. Esta constatação levou-me a investigar como ocorre a escolarização desses estudantes com foco nos processos de ensino, dentro das salas comuns. Diferentemente das salas de AEE, ou multifuncionais, as salas comuns são aquelas que agregam estudantes com e sem deficiências e que funcionam dentro de uma escola regular.

Esses dados conferem com as informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Sidrolândia, locus desta pesquisa quando afirma que todos os estudantes com deficiência cujos pais ou responsáveis buscam vagas nas instituições, tem sua vaga garantida, inclusive com número reduzido de estudantes e assistentes. Preliminarmente, realizou-se uma análise exploratória destinada a saber onde estão matriculados os estudantes com deficiência nas instituições comuns de Sidrolândia/MS. Com autorização da secretaria municipal do município, fui às instituições urbanas públicas e privadas que oferecem o Ensino Fundamental na cidade. No Quadro 1, apresentamos de modo geral, o número de estudantes com deficiências,

matriculados nas redes municipal, estadual e privada de ensino de Sidrolândia/MS, em todas as etapas de ensino.

**Quadro 1 – Estudantes com deficiência matriculados em instituições de ensino de Sidrolândia/MS.**

<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>ESTUDANTES (N)</b>
<b>Municipal</b>	132
<b>Estadual</b>	50
<b>Privada</b>	03
<b>Total</b>	185

**Fonte:** Dados fornecidos pelas instituições – ano 2017.

Identificamos que a rede municipal detém o maior número de estudantes matriculados, seguido pela rede estadual e particular. Em grande medida pela imperatividade das legislações e políticas públicas impostas aos governos dos Estados e Municípios para que instituem o princípio da educação inclusiva, matriculando todos os alunos com deficiência, preferencialmente, em salas de aula comuns. A exemplo disso, podemos citar a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, e trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, onde no artigo 2º, determina-se que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Por ser um estudo exploratório, pesquisamos informações sobre quantidades e tipos de deficiência dos estudantes matriculados em cada turma e em todas as etapas de ensino, isto é, tanto da rede estadual, quanto da municipal e particular, nos âmbitos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Para auxiliar Estados e Municípios no processo de inclusão, em 2004, o Ministério Público Federal publicou o documento “O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Salas comuns da Rede Regular”. Desta forma objetivou disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

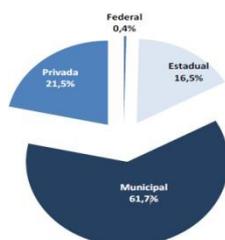
No Quadro 2 apresenta-se a quantidade de instituições em funcionamento no município mencionado. As instituições municipais são em maior número. Acreditamos que seja pela incumbência que é dada aos Municípios, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96, Art. 11, inciso V:

Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente

quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Outra hipótese é que o número de estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental sejam superiores ao número de estudantes do Ensino Médio, cuja oferta é preferencialmente da rede estadual de ensino. Conforme se apresenta no Gráfico 1, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no documento intitulado Notas Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica 2016, ratificam isso quando afirmam que há 48,8 milhões de matrículas nas 186,1 mil escolas de educação básica no Brasil e que a rede municipal detém 61,7% das matrículas na educação básica. A rede privada tem uma participação de 21,5% no total de matrículas na educação básica, conforme ilustra o gráfico abaixo:

**Gráfico 1 – Percentual de escola de educação básica por dependência administrativa – Brasil 2016.**



Fonte: Pnad (2015).

Pletsch (2014, p.119) aponta em sua pesquisa que no âmbito escolar, crianças e adolescentes com deficiência mental constituem o maior grupo entre as deficiências atendidas nas escolas especiais e nas redes regulares de ensino. Estatísticas recentes do Ministério da Educação (BRASIL, 2007) indicam que das 700.824 matrículas efetuadas na Educação Especial, em suas possibilidades de classes e ou escolas especiais ou escolas comuns em 2006, 330.794 eram compostas de alunos identificados com deficiência mental e Síndrome de Down, o que representa 47,2% do universo total de matrículas. A observação de Pletsch (2014) concorda com os dados apresentados no Quadro 4, o qual busca identificar os motivos dos encaminhamentos de crianças e adolescentes atendidos em serviços de AEE no município de Sidrolândia.

**Quadro 4 – Estudantes regularmente matriculados na rede de ensino de Sidrolândia por tipos de deficiência\*.**

Tipos de deficiências*	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Total
Deficiente físico/cadeirante	02	-	-	02
Defic. intelectual/Retardo mental/Defic. Mental	58	41	-	99

<b>Surdez/ Deficiência auditiva</b>	01	03	-	04
<b>Transtornos de condutas típicas</b>	04	-	-	04
<b>Paralisia cerebral</b>	06	02	01	09
<b>Síndrome de Down</b>	07	02	-	09
<b>Deficiência visual/ baixa visão</b>	04	01	-	05
<b>TDAH</b>	20	-		20
<b>Transtornos Globais do Desenvolvimento</b>	02	01	01	04
<b>Transt. Especif. do Desenv. das Habilidades Escolares</b>	08	-	-	08
<b>Transtornos Neurossociais, Comportamentais e Emocionais.</b>	05	-	-	05
<b>Transtornos Específicos da Fala e Linguagem.</b>	02	-	-	02
<b>Retardo do Desenvolvimento Fisiológico Normal.</b>	01	-	-	01
<b>Transtornos do Desenvolvimento Específico</b>	01	-	-	01
<b>Síndrome de Treacher Collins</b>	-	-	01	01
<b>Outras patologias</b>	08	-	-	08
<b>Total</b>	132	50	03	185

**Fonte:** : Dados fornecidos pelas instituições – ano 2017.

**Legenda:** \*Conforme nomenclatura e CID informados pelas instituições.

O quadro mostra os tipos de deficiências dos estudantes conforme laudos e o CID apresentados pelas instituições de ensino. Percebemos um número muito expressivo de crianças que apresentam deficiência intelectual ( $f = 53,5\%$ ). É comum aparecerem nos laudos e CIDs apresentados pelas instituições as terminologias: retardo mental leve/moderado/grave, deficiência mental e deficiência intelectual. Anache (2008) ressalta que essa falha no julgamento crítico das avaliações dos profissionais conceitual presente na Educação Especial é uma característica que acompanha esse campo desde o seu nascimento.

Para Anache (2008) deve ser contestada qualquer proposta de avaliação que se valha apenas de mecanismos psicométricos para a definição de uma potencial condição de deficiência, assumindo essa conceituação a partir de um enfoque pontual e marginalizando as possibilidades de desenvolvimento apresentadas pelas pessoas que apresentam esse quadro, o que acaba por trazer dificuldades consideráveis para a estimulação física e cognitiva desses sujeitos.

Por se julgar mais adequado, usaremos nesta pesquisa o termo “deficiência intelectual”, que segundo Anache (2011, p 117) constitui nomenclatura que:

[...] foi oficialmente utilizada, em 1995, quando a Organização das Nações Unidas juntamente com The National Institute of Child Health and Human Development, The Josepj P. Kennedy, Jr. Foundation, e The 1995 Special Olympics World Games realizara em Nova York o simpósio chamado *Intellectual disability: programs, policies, and planning for the future* (Deficiência Intelectual: programas, políticas e planejamento para o futuro).

Em outubro de 2004, a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde realizaram um evento em Montreal, Canadá assumindo a nova terminologia. Nessa ocasião foi aprovado o documento intitulado Declaração de Montreal sobre deficiência intelectual (*Déclaration de Montreal sur la Déficience Intellectuelle, Montreal Declaration on Intellectual Disability*).

Anache (2011, p. 117) esclarece que a mudança de terminologia de deficiência mental para intelectual tenciona esclarecer que o problema se trata de funcionamento de intelecto e não da mente como um todo. A escola inclusiva conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades e a elas responde, com qualidade pedagógica, independentemente de qualquer nomenclatura que seja dada a sua deficiência.

Diante da informação apresentada pela Secretaria de Educação do município, onde afirma que todos os estudantes têm seu direito de acesso e permanência prontamente atendidos, me questiono, se isto já é garantia de inclusão escolar. Quando pensamos em inclusão, frequentemente compreendemos como dizendo a respeito apenas a participação de pessoas com deficiência na educação de modo geral. Mas é importante destacar e trazer à tona que a inclusão ultrapassa este conceito. Nas palavras de Valle e Connor (2014, p 84) “a inclusão é um sistema de crenças de âmbito escolar, no qual a diversidade é vista como um recurso rico para todo mundo, em vez de problema a ser superado.” Os autores se referem à diversidade em vez de deficiência. “As salas de aulas inclusivas reconhecem, respeitam e se apoiam nos pontos fortes que todos os tipos de diversidades” sejam elas de raça, classes, etnia, capacidade, gênero, orientação sexual, língua, cultura trazidas para o contexto da sala de aula. Desta forma a inclusão deve ser enquadrada como uma questão de justiça e de equidade social. (VALLE; CONNOR, 2014, p. 84).

Osorio (2007) corrobora os autores quando afirma que há “usos” e “abusos”, da expressão “inclusão”, seja nas tentativas de apropriá-la como uma “categoria universal”, o que é falso, pois sua subjetividade e sua relatividade esgotam os procedimentos operacionais, na designação de um locus de intervenção institucional, como nas escolas, nas famílias, nos hospitais, nos presídios, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas igrejas, nos movimentos sociais entre outros agrupamentos possíveis criados e adequados na sociedade moderna. Esse discurso que o autor menciona pode estar ou não associados a outros aspectos como gênero, raça, regionalidade, minorias sociais, deficiência, desemprego ou analfabetismo. Mas a inclusão a que se refere esta pesquisa é a inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas salas comuns, com foco à aprendizagem.

É importante destacar, que as diferentes políticas e estratégias de inclusão escolar tem se centrado, especialmente, na garantia de acesso de estudantes com algum tipo de deficiência no ensino regular comum, a garantia de recursos técnicos de infraestrutura e acessibilidade. Conforme reconheceu o Ministério da Educação (BRASIL, 2008, p.5):

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

O fato é que, “Podemos legislar políticas, mas não podemos legislar atitudes” (VALLE; CONNOR, 2014, p. 29) e o que me preocupa, é aprendizagem de todos esses estudantes que estão matriculados regularmente e não conseguem acompanhar suas exigências. Como e de que modo se ensina a criança com deficiência intelectual no ensino comum? Como os professores e a escola atendem às especificidades destes estudantes garantindo seu desenvolvimento social, afetivo e acadêmico? O Ministério da Educação sinaliza:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (BRASIL, 2008, p.5).

Partindo das inquietações apresentadas, esta pesquisa pretende, portanto, investigar de que maneira se ensina os estudantes com deficiência intelectual nas escolas comuns e, conseqüentemente, quais práticas pedagógicas vêm sendo empregadas e quais estratégias estão sendo desenvolvidas no processo inclusão destes estudantes nas salas comuns do ensino regular de escola municipal localizada no município de Sidrolândia/MS, isto é, fazendo uma análise das intenções às práticas efetivas, vivenciadas na escola.

## **Objetivos**

### **Objetivos gerais**

Investigar as práticas pedagógicas desenvolvidas para promover a aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual nas salas comuns da instituição da rede municipal de ensino de Sidrolândia/MS.

### **Objetivos específicos**

1. Conhecer as estratégias que os professores utilizam para ensinar os estudantes com deficiência intelectual;
2. Verificar como os professores avaliam a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual.

### **Metodologia**

Os sujeitos desta pesquisa serão professores, auxiliares de sala, direção e coordenação pedagógica. Os Lócus da pesquisa será uma escola municipal da área urbana, que atende estudantes oriundos tanto da área urbana quanto da área rural e que oferece o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, nos turnos matutino e vespertino. Analisaremos as práticas em salas de aula de ensino comum do Ensino Fundamental 1. O recorte que será dado na pesquisa quanto aos tipos de deficiências, será o da deficiência intelectual, pois, pesquisas no âmbito da deficiência intelectual merecem destaques, além do que aproximadamente 70% dos estudantes matriculados na rede municipal de ensino de Sidrolândia, estão diagnosticados como Deficientes Intelectuais.

O contexto da pesquisa será o município de Sidrolândia, situado a 72 km de da capital Campo Grande – MS, cuja população é de 49.712 habitantes (IBGE 2014). Os mapas abaixo ilustram a localização do referido município.

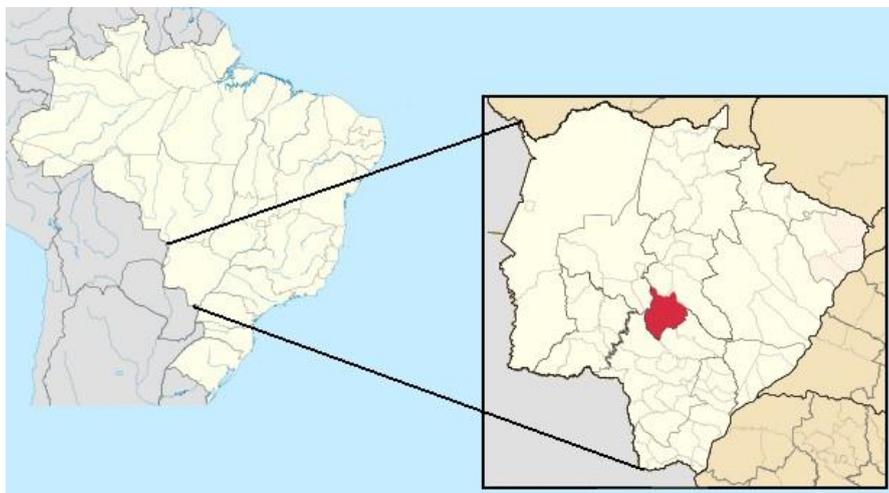
### **Ilustração 1** – Localização do município de Sidrolândia / MS.



**Fonte:** Wikipédia

O município de Sidrolândia está localizado no sul da região Centro-Oeste do Brasil e, em estado, de fronteira com o Paraguai.

### **Ilustração 2** – Localização do município de Sidrolândia / MS dentro do país e estado.



**Fonte:** Wikipédia

A rede municipal de ensino possui atualmente 8.303 alunos, sendo 1.866 estudantes dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), 2.398 estudantes da área rural (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 3.039 da área urbana (Ensino Fundamental).

O público-alvo da educação especial na rede municipal equivale a 1,6% dos estudantes matriculados. Se considerarmos apenas as instituições que oferecem Ensino Fundamental, esse percentual aumenta para 2,09%. Se considerarmos somente as instituições municipal que responderam à pesquisa e excetuando os estudantes da Educação Infantil (CMEIs), o percentual sobe para 7,8% de estudantes com deficiência matriculados na rede municipal de Ensino que

oferece o Ensino Fundamental. Percentuais muito significativos, o que torna a presente pesquisa relevante.

Realizaremos uma pesquisa etnográfica, utilizando como instrumentos de coleta de dados a observação participante, a análise documental e questionário semiestruturado. André (1995) ressalta que a pesquisa etnográfica busca a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não sua testagem.

A escolha pela etnografia e seus métodos (ANGROSINO, 2009) são especialmente úteis quando pesquisadores necessitam entrar numa situação de campo na qual as questões sociais ou os comportamentos ainda não são claramente entendidos e pode ser realizada onde haja pessoas interagindo em cenários “naturalmente” coletivos, como por exemplo, as escolas e sala de aulas.

A observação da prática na sala de aula será também será um instrumento de investigação muito importante e com papel essencial na pesquisa. Nesse sentido entendemos que a pesquisa na educação requer explicações sociais e históricas para que seja possível avançar sobre as questões que se desenvolvem no interior das instituições de Ensino. É no cenário da sala de aula que professores e crianças nos momentos de inter-relação constroem cenas únicas e inimagináveis. Esses atores tomam atitudes e saberes que só poderão ser revelados por meio de uma observação com rigor científico.

E ainda, a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano de Vygotski é adotada como referencial teórico, pois oferece lugar de destaque para as relações entre desenvolvimento e aprendizagem dentro de suas obras. Para ele a criança inicia seu aprendizado muito antes de chegar à escola, mas o aprendizado escolar introduz elementos novos no seu desenvolvimento. Desta forma, as análises e interpretações dos dados coletados terão contribuições da Teoria Sociocultural de Vygotsky e de seus colaboradores, que, a partir do século XIX, buscaram explicar a complexidade do desenvolvimento cognitivo humano. Esta teoria vem tomando proporções cada vez maiores, no âmbito das práticas educacionais das pessoas com deficiência intelectual e da deficiência intelectual.

Finalizando, Angrosino (2009), ressalta que os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda, mas se no decorrer da pesquisa os métodos existentes não se ajustarem a uma determinada questão ou a um campo concreto, eles serão adaptados ou novos métodos e novas abordagens serão desenvolvidas.

## Referências

- ANACHE, Alexandra Ayach. Aprendizagem de Pessoas com Deficiência Intelectual: Desafios Para o Professor. In: MARTINEZ, Albertina Mitjans. TACCA, Maria Carmem Vilela Rosa (Org.). **Possibilidades de Aprendizagem**: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas, SP. Editora Alinea, 201, p.109-138.
- \_\_\_\_\_. O diagnóstico psicológico na abordagem qualitativa oferecendo visibilidade ao sujeito com retardo mental. In: GONZALEZ REY, F. (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005, p.293-309.
- ANGROSINO, Michel. **A etnografia e a Observação participante**. Porto Alegre, RS, Editora Artmed, 2009.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- \_\_\_\_\_. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem/Tailândia: UNESCO, 1990.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília, DF, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – Orientações Gerais e Marcos Legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo escolar da educação básica 2016: notas estatísticas. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em:  
<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_e\\_statisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_e_statisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)> Acesso em: 12/04/2017.
- OSORIO, A. C. do N. **O estranho medo da inclusão**. Educação Santa Maria, v. 32, n. 2, p.

301-318, 2007 Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>> Acesso em: 15/05/2017.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010. 280 p. (Coleção Docência.doc, 1).

VALLE Jan W; CONNOR, David J. **Ressignificando a Deficiência**: da Abordagem Social às Práticas Inclusivas na Escola. New York: Editora McGraw-Hill. 2014

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Fundamentos da Defectologia (Obras escogidas), v. V. Madrid: Visos, 1997.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sidrol%C3%A2ndia>